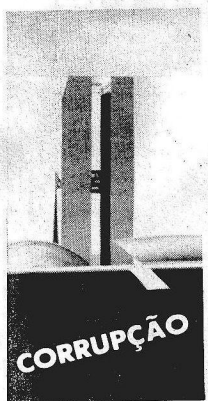


Deputado se diz vítima e pede volta dos militares



O deputado João Alves (PPR-BA), principal acusado na CPI do Congresso que apura a manipulação de verbas do Orçamento da União, defendeu a volta do regime militar para impedir, em caso de vitória eleitoral do PT, a instalação de uma "ditadura stalinista" no País. Consciente de que poderá perder o mandato, mas disposto "a lutar com todas as armas" para provar que é inocente, Alves prometeu se juntar "aos homens de bem e aos militares" para, num esforço conjunto, "salvar o regime democrático do caos" que se instalaria no País, a seu ver, com a eventual vitória das esquerdas na próxima eleição.

Vítima, como se define, "de uma trama da esquerda", João Alves disse que não aceitará passivamente o papel de "vilão da história". Ele informou que, se houve irregularidades no Orçamento da União no período em que comandou a Comissão de Orçamento do Congresso, de 1981 a 1989, foram de responsabilidade do Governo e das empreiteiras. "O Congresso não teve nada com isso", garantiu. Ele disse também que em 1990, quando foi relator, nenhuma das 2 mil emendas aprovadas foram de autoria dos parlamentares, mas do próprio governo Collor.

A manobra do Governo para eliminar a interferência dos políticos consistiu, segundo João Alves, em contingenciar o orçamento para depois ele próprio (o Governo) inserir as emendas do seu interesse. "Eles usaram o mecanismo chamado de emendas de adequação, que só podem ser feitas por meio do relator", disse Alves, garantindo que não inseriu uma só emenda do seu interesse político pessoal. Apesar disso, afirma que protestou contra a medida governamental, por entender ser uma "grande desmoralização para o Congresso".

O deputado acha que os colegas que agora o condenam são hipócritas porque todos sabiam como a comissão funcionava. Acha também que o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) está sendo faccioso e cogita de levantar sua suspeição, caso desconsidere o depoimento do motorista Eli Lopes nas provas dos autos. "Eles só querem aceitar provas contra, não a favor, e isso é uma aberração no direito universal", criticou.

— O sr. aceitará passivamente ser rotulado como o grande ladrão do Congresso e pagar por todos os crimes atribuídos à Comissão de Orçamento?

— ALVES — Não aceitarei o papel de vilão da história. Vou lutar até a última hora, com todas as minhas forças, contra essa trama, dentro da Câmara dos Deputados... no Judiciário e onde for preciso.

— Na CPI também?

— Na CPI não, a CPI está tomando rumos estranhos. Não quer ouvir as pessoas que não estão contra mim, só quer ouvir as que estão contra mim. Por aí, é uma posição meio suspeita. A CPI deu uma demonstração de facciosismo, ou de pré-julgamento, quando pressionou violentamente a testemunha que ela própria quis ouvir, o motorista Eli Lopes. E como ele não depôs o que eles queriam, resolveram excluir o depoimento das provas dos autos. O que é uma inovação no direito universal.

— O deputado Manoel Moreira reconhece que há muita hipocrisia no Congresso, pois todos sabiam da manipulação na Comissão de Orçamento. O sr. concorda?

— Concordo que todos sabiam de tudo, mas sustento que não havia irregularidade. Tudo era legal. As subvenções sociais existem desde 1938. Se alguém levou mais e outro levou menos, não há o que

"A CPI está tomando rumos estranhos. Só quer ouvir as pessoas que estão contra mim. Deu uma demonstração de pré-julgamento"

reclamar.

— Deputado, mas receber propina para incluir emenda, beneficiar empreiteira, aprovar recursos para obras desnecessárias, muitas vezes superfaturadas e nem sempre executadas... Tudo isso é legal?

— Ninguém vai provar que eu tenha recebido vantagens, comissões, propinas de ninguém. Absolutamente, não paguei, nem dei, não fiz nada com esse negócio de propina. Isso é uma invenção daquele meliante de José Carlos Alves dos Santos.

— E quanto às provas já levantadas pela Polícia Federal de que há corrupção na Comissão de Orçamento?

— Eu fui relator da Comissão de Orçamento apenas em 1990. O orçamento daquele ano foi contin-

genciado em 1991. Eu não tive mais participação porque isso ficou só com o Executivo. Ninguém podia influenciar. Ninguém podia tirar nada, se não fosse através do Executivo. O Sr. José Carlos Alves dos Santos, que era da comissão, passou para o Departamento de Orçamento da União. Esse assunto passou a ser com ele e com os outros membros da equipe econômica do Governo.

— Então, se houve irregularidades, são de responsabilidade do Executivo e das empreiteiras?

— Claro, o Congresso não tem nada com isso. Ele não podia liberar nada. A não ser em outros anos, de cuja relatoria não participei. Ninguém pode provar nada contra mim. Não fiz nada de ilegal, ou ir-

"Como é que pode? Todo esse negócio de subvenção é legal... é moral. Se for me cassar assim, o próprio Congresso ficará desmoralizado"

regular. Ora, por que eu sou culpado? Porque o sr. José Carlos disse que eu teria feito isso e aquilo? Ele não tem idoneidade nenhuma para acusar ninguém. É uma invenção dele. Ele me odeia, tem horror a mim. Ele tinha que escolher alguém e me escolheu para dizer que comandava o escândalo. Mas não tem base nenhuma para acusar. Não liberei verba nenhuma para ninguém.

— Quem liberou, então?

— O Executivo. O orçamento que eu relatei foi contingenciado. Não fiz uma única emenda de caráter político pessoal. Tem mais de duas mil emendas, mas de adequação do orçamento, que o Governo, depois que o orçamento chegou ao Congresso, enviou às pressas para incluir... Um posto... isso... aquilo. O orçamento, inclusive, teve uma majoração e para aquilo também tinha que ter emenda do relator. Porque, depois que envia o orçamento ao Congresso, o Governo não pode mais fazer nada. Tudo tem que ser feito através de emenda do relator. Chamam-se emendas de adequação.

— Quando o sr. diz que o Governo é que fez as emendas, o sr. se refere aos ex-ministros Ricardo Fiúza e Marclio Marques?

— Não, eu me refiro ao Presidente da República. Ele é quem manda. O Presidente, por intermédio dos seus ministérios, definia as alterações que pretendia fazer no



João Alves: PT vai instalar uma "ditadura stalinista"

orçamento. Remanejar de um lado para outro... ajustar com determinado órgão... colocar mais recursos para estatais, autarquias etc. Qualquer alteração dependia de emenda do relator.

— Se não foi o sr., quem pagou as propinas, no total de US\$ 3,5 milhões, a José Carlos?

— Não tenho idéia. Acho tão absurdo, tão estúpido, que não tenho idéia. Ele disse que recebia deputados, prefeitos, empreiteiras... tem uma relação enorme no processo dele. Talvez analisando por aí se ache alguma coisa. Eu é que não recebia, porque não tinha influência nenhuma para liberar verba de ninguém.

— O sr. hoje é um homem rico. Qual a origem do dinheiro?

— Sou. Vivo bem. De dois anos pra cá, tirei muitos prêmios na loteria. Como não sou gastador, fiquei acumulando, rendendo juros no CDB, ações, commodities, poupança etc. Comecei a ganhar na loteria há muitos anos, mas ganhei mais em 1991, 92 e 93.

— Qual a fórmula para ganhar tanto?

— Faço normalmente. Loteria é assim... uns jogam muito e não ganham nada... outros jogam pouco — três, quatro cartões — e saem premiados. Então eu trabalhava, pensava bastante... Sempre ganhei mais na Loteria Esportiva, ganhei muitas vezes. Na Sena e na Loto ganhei poucas vezes. Só que ganhei prêmios grandes. Cheguei a ganhar um de 27 bilhões e 900 milhões de cruzeiros (antigos) de uma vez, na Sena principal. Não tenho regrihas infalíveis. Tenho conhecimentos matemáticos e de jogo.

— O sr. não pensa em editar um livro com dicas de como ganhar na loteria?

— No momento, estou brigando com outras coisas. Depois disso eu vejo se dá pra fazer. É uma idéia.

— O Normando (Leite) confirmou na CPI que o sr. é que indicava a Seval para as prefeituras.

— Eu apresentava prefeitos a ele. Prefeito não sabe fazer processo nenhum. Pra liberar uma verba, tem um processo muito sério. Tem que comprovar mil coisas, uma série de exigências legais. Como o Normando sabe fazer esse serviço, tem um escritório desse tipo de coisa, então eu indicava ele, apresentava prefeitos. O prefeito fazia o contrato com ele e pagava uma comissão de 2% ou 3%. Eu não ficava com parte alguma.

— E quanto ao rolo compressor da cassação, o que o sr. vai fazer?

— Vou tentar me defender, com todas as armas que possuo.

— Esse Congresso tem moral para cassar o sr.?

— Não sei. Cassar sem motivo,

só porque um grupo de esquerda, gente inconsequente, quer porque quer arranjar um... para cassar mandato de um parlamentar. Um delinquente lança pecha contra ele e pronto. Como é que pode? Todo esse negócio de subvenção é legal... é moral. Se eu encaminhei emendas eu não recebi dinheiro de ninguém. Se for me cassar assim, o próprio Congresso vai ficar desmoralizado depois. Sob pressão popular vale tudo. Mas vou lutar com todas as minhas armas para convencer meus colegas de que não tenho culpa e dependerá da coragem do Congresso de votar a meu favor, porque eles vão pressionar por todos lados, tenho certeza.

— Vamos imaginar o pior cenário para o senhor: o Congresso cassa dez ou doze parlamentares, o PT ganha as eleições, instala-se no País um Governo de esquerda, o que aconteceria no País e como o sr. vai reagir?

— Pode ocorrer como na Itália... ou melhor, como na Rússia, na época de Stalin. Lenin faz a revolução para salvar o povo, mas depois que assume o governo transforma o povo em escravo do poder.

— Numa situação como essa, o sr. é a favor de que os militares tomem alguma atitude?

— Os militares não estão omissos. Eles estão vendo como estão andando as coisas. Eles também são vítimas de acusações. Há alguns anos, eles acusavam terrivel-

"Os militares não estão omissos. Eles também são vítimas das acusações. Eles estão vendo como estão andando as coisas"

mente os militares, como o ministro do Exército, Aeronáutica. Eles não respeitam os presidentes da República, do Congresso, da Câmara, as Forças Armadas. Quando qualquer atitude é contra eles, partem para cima do STF e exigem que ministros dêem decisões de acordo com os interesses deles. Assim não é possível. Se eles insistirem nessa falsa vestalidade, aí vai terminar mal para o Brasil.

— Em que sentido?

— O caos vai tomar conta do País.

— E aí estariam criadas as condições para uma nova interferência militar?

— Sim. Com um esforço conjunto dos brasileiros de bem, eu diria. Haveria um esforço comum dos brasileiros para salvar o regime no País, como aconteceu em 1964.